



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0000745-49.2022.6.22.8000

INTERESSADO: SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

ASSUNTO: Rescisão Unilateral – Contrato n. 39/2022 – Inove Produção De Eventos e Show Bar Eireli – Prestação de serviços de Intermediação de Libras (Língua Brasileira de Sinais) por meio de plataforma digital.

DESPACHO Nº 848 / 2023 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de procedimento administrativo instaurado pela Seção de Avaliação e Gestão do Desempenho - SEGED, que tem como finalidade registrar os atos necessários à contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Intermediação de Libras (Língua Brasileira de Sinais) por meio de plataforma digital (0800583).

Após ser declarada vencedora da fase de licitação, a empresa Inove Produção de Eventos e Show Bar Eireli, CNPJ n. 18.775.301/0001-52, e o Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE-RO celebraram o Contrato n. 39/2022 (0956401) e deram início à execução contratual do objeto.

Entretanto, a COEDE - unidade gestora do contrato - encaminhou notificação à contratada (0968309, 0968560, 0968778 e 0968804), por ter constatado significativo atraso na entrega de vários documentos inerentes à contratação, bem como descumprimento de obrigações contratuais. Em resposta, a empresa apresentou as justificativas carreadas no evento n. 0970488.

Após reiteradas tratativas entre a COEDE e a Contratada, no intuito de ajustar o procedimento, a empresa contratada enviou vários e-mails contendo instruções para utilização do serviço e relatórios de atendimentos (1007427, 1007429, 1007436). Contudo, a empresa foi novamente apresentada (1008548, 1008555 e 1008556) para que apresentasse a garantia contratual no valor equivalente a 3% (três por cento) do contrato, a saber, R\$ 1.890,00 (um mil oitocentos e noventa reais), a qual poderia ser efetivada em uma das modalidades descritas nos incisos I a III da Cláusula Sexta do Contrato n. 39/2022.

Ato contínuo, a SEGED relatou as dificuldades para que fosse realizada a conferência dos atendimentos pela contratada e, ainda, informou que a empresa estaria agindo em desacordo com o que consta no contrato (1009103).

Em nova notificação à contratada (1009117 e 1009140), a COEDE solicitou à empresa para que apresentasse capacidade de atendimento de até dez pessoas simultaneamente e a plataforma de controle de chamados, conforme os critérios estabelecidos no Edital e Termo de Referência.

Assim, a empresa contratada apresentou minuta de seguro garantia (1010119) e a unidade gestora do contrato solicitou a emissão da nota de empenho no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), conforme Programação Orçamentária (0935821) e Informação SEGED (0955933).

A COFC remeteu o feito para emissão de empenho e disponibilidade orçamentária (1011843), além de realizar a juntada de certidões negativas e SICAF da empresa contratada Inove Produção (1011853, 1011854, 1012274 e 1012287).

Em nova resposta às notificações que lhe foram enviadas, a empresa contratada solicitou dilação de prazos de atendimento para adequação do sistema e nova reunião de alinhamento com o fito de esclarecer pontos relevantes do serviço (1014856, 1015980 e 1016893).

Durante a realização da reunião solicitada pela empresa Inove Produção, conforme se verifica da Ata n.10/2023, a empresa contratada suscitou a possibilidade de "rescisão contratual amigável".

A COEDE elencou os pontos discutidos sobre a execução contratual e suas dificuldades (1017572) e, em seguida, concedeu prazo de 15 (quinze) dias corridos para que a empresa apresentasse plano de trabalho com vistas ao atendimento do disposto na Notificação n. 6/2023 (1017607), devidamente recebida pela empresa (1019933).

Em resposta ao solicitado pela COEDE (1017607), a contratada apresentou plano de trabalho (1025656, 1025659 e 1025661) para apreciação das unidades responsáveis pelo acompanhamento contratual.

Por meio da Manifestação n. 14/2023 (1025665), a COEDE opinou pela rescisão contratual com base no artigo 78, incisos I, da Lei n. 8.666/93 c/c cláusula décima quinta, do referido contrato, pela sanção de impedimento de participar de novos processos licitatórios pelo prazo de dois anos da empresa contratada, remetendo o feito à apreciação e deliberação superior.

Na sequência, por meio do Despacho n. 1368/2023 (1028509), o Secretário da SAOFC determinou a remessa do processo, concomitantemente: à COEDE, para instauração e regular instrução de processo de apuração de responsabilidade em autos apartados; e à SECONT, para elaboração da minuta de rescisão contratual, em consonância com o previsto no art. 79, inciso I, da Lei n. 8.666/1993, c/c com a Cláusula Décima Quinta do Contrato n. 39/2022 (0956401).

A SECONT juntou ao processo a minuta do Termo de Rescisão Unilateral (1034822) do Contrato TRE-RO n. 39/2022 (0956401) e remeteu para análise e emissão de parecer jurídico (1034823).

Instada, a AJSAOFC emitiu o Parecer Jurídico n. 157/2023 (1036288), no qual, ante a verificação dos elementos aptos para fundamentar a rescisão contratual unilateral pretendida pela Administração, inclusive com a garantia do contraditório e ampla defesa à contratada, analisada na seção 3.4 do parecer, entende que o ato pode ser praticado com fundamento nos arts. 78, incisos I e II c/c art. 79, inciso I, § 1º, da Lei n. 8.666/93 e, ainda, com supedâneo na Cláusula Décima Quinta do Contrato n. 39/2022 (0956401), sem prejuízo de apuração de responsabilidades e eventual aplicação de sanção pelos descumprimentos perpetrados, observados o contraditório e a ampla defesa.

Alerta, ainda, para o fato de que a rescisão administrativa unilateral pode gerar consequências específicas, descritas na seção 3.5 daquele parecer, a saber: possibilidade de retenção de pagamentos e a execução da garantia para assegurar pagamento de eventuais prejuízos ocasionados na prestação de serviços pelos agentes da contratada, eventuais penalidades pecuniárias impostas pela Administração e não quitadas, além de outras situações que justifiquem o acionamento da cobertura. Por fim, em cumprimento ao art. 38, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93, aprovou as disposições contidas na minuta do Termo de Rescisão do referido contrato, juntada no evento n. 1034822, com a ressalva acerca da necessidade de observância dos ajustes apontados no item 53 do parecer.

Em atendimento à ressalva indicada no item 53 do Parecer Jurídico n. 157/2023 (1036288), a SECONT juntou nova minuta de Termo de Rescisão no evento n. 1036737, contendo os ajustes solicitados.

A SAOFC manifestou-se pela rescisão contratual unilateral do Contrato n. 39/2022 (0956401), com fundamento na Cláusula Décima Quinta do instrumento contratual, e nos arts. 78, incisos I e II, e art. 79, I, § 1º, da Lei n. 8.666/1993, bem como no artigo 41 da IN 04-2008 TRE-RO, sem prejuízo de apuração de responsabilidades e eventual aplicação de sanção pelos descumprimentos perpetrados, observados o contraditório e a ampla defesa; e pela publicação do ato de rescisão, que deverá acontecer nos mesmos veículos nos quais se deram sua formalização, ou seja, no Diário Oficial da União (DOU), em razão do valor ultrapassar o limite fixado no artigo 24, inciso II, da Lei n. 8.666/93, como também no Diário da Justiça Eletrônico (DJE) deste Tribunal, em respeito ao princípio da publicidade (1036782).

Vieram os autos a esta Diretoria-Geral para análise.

A possibilidade de a Administração, de modo unilateral, extinguir o contrato administrativo é, indiscutivelmente, poder exorbitante, conferido pela lei à Administração no manejo contratual que extrapola os limites comumente utilizados no Direito Privado, o qual deverá ser utilizado dentro das hipóteses autorizadas em lei, em especial a Lei n. 8.666/93, que dispõe nos seguintes termos:

Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de:

I - modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado;

II - rescindi-los, unilateralmente, nos casos especificados no inciso I do art. 79 desta Lei;

III - fiscalizar-lhes a execução;

IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

V - nos casos de serviços essenciais, ocupar provisoriamente bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato, na hipótese da necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, bem como na hipótese de rescisão do contrato administrativo.

§ 1º As cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos administrativos não poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado.

§ 2º Na hipótese do inciso I deste artigo, as cláusulas econômico-financeiras do contrato deverão ser revistas para que se mantenha o equilíbrio contratual. (sem grifo no original)

Em contrapartida, o art. 79 da mesma lei assevera:

Art. 79. A rescisão do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo anterior;

II – amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

(...)

§ 1º A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

(...)

Por sua vez, o Contrato n. 39/2022 (0956401), instrumento contratual que regula a avença *sub examine*, assim estabelece em sua **Cláusula Décima Quinta**, *in verbis*:

DA RESCISÃO CONTRATUAL

(Art. 55, VIII e IX, da Lei n. 8666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – O presente Contrato poderá ser rescindido de pleno direito, por inexecução de quaisquer das obrigações estipuladas, sujeitando a CONTRATADA, a exclusivo juízo do CONTRATANTE, à indenização dos prejuízos que resultarem da paralisação dos serviços e demais consequências previstas na seção “Das Sanções Administrativas” deste instrumento.

1. A rescisão contratual poderá ser:

a) Por ato unilateral e escrito da administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93;

b) Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo nos autos respectivos, desde que haja conveniência da Administração CONTRATANTE; e

c) Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

(...)

Sobre o tema, também dispõe a Instrução Normativa TRE-RO n. 004/2008, *verbis*:

Art. 95. Cabe ao gestor do contrato avaliar as hipóteses em que se faz oportuna a rescisão contratual e propor a solução adequada ao suprimento da necessidade a ser atendida pelo contrato e a continuidade do fornecimento ou serviço.

O artigo 78 da Lei 8.666/93, por sua vez, arrola uma série de hipóteses que dão ensejo à rescisão contratual, que podem ser enquadradas em quatro categorias distintas. Veja-se:

Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato:

I - o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

II - o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

III - a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;

(...)

Verifica-se que as ocorrências descritas pelo gestor do contrato nos autos (Manifestação n. 14/2023-COEDE, evento n. 1025665), e ratificadas pelo Secretário da SAOFC (Despacho n. 1368/2023 – PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC - 1028509) melhor se amoldam às hipóteses legais de extinção do contrato administrativo descritas nos incisos I e II acima citados. Com relação ao inciso I (inexecução contratual), constata-se nos autos a inadimplência contratual perpetrada pela empresa Inove Produção de Eventos e Show Bar Eireli (CNPJ n. 18.775.301/0001-52), ocorrida com ausência da entrega dos serviços na data estabelecida e não atendimento integral da notificação juntada no evento n. 1009117 e na Ata n. 10/2023 (evento n. 1017572).

Já a configuração do inciso II (cumprimento irregular do contrato) ocorreu quando a empresa contratada realizou entregas com pendências de hardware e software necessários para acessar o serviço, a exemplo dos requisitos técnicos especificados em edital e nas reclamações realizadas pelos cartórios do interior. Corrobora para os enquadramentos legais o fato de que a própria contratada, após já notificada, ter admitido as condutas, consoante na Ata n. 10/2023 (1017572), considerando que a empresa identificou a impossibilidade de cumprimento do solicitado na Notificação n. 6/2023, mesmo tendo ciência prévia de todas as informações constantes do edital e seus anexos quando decidiu participar da licitação.

Ademais, a rescisão unilateral por prática de infrações contratuais cometida pela contratada também está definida no bojo do Contrato n. 39/2022 (0956401).

Conclui-se que o caso apresentado amolda-se à extinção do contrato administrativo por razões de descumprimento das obrigações contratuais perpetrada pela contratada e devidamente comprovada na instrução do presente procedimento, impossibilitando, portanto, vislumbrar a possibilidade de rescisão amigável requerida pela empresa (1017572), prevista no artigo 79, inciso II, da Lei de Licitações e Contratos – LLC.

Não obstante, no caso em apreço, a rescisão unilateral pretendida, em observância à conveniência da administração, será motivada pelo descumprimento contratual da empresa Inove Produção de Eventos e Show Bar Eireli (CNPJ n. 18.775.301/0001-52) e, assim, encontra fundamento no art. 78, incisos I e II da Lei n. 8.666/93 c/c Cláusula Décima Quinta do Contrato n. 39/2022.

Inequívoco que o devido processo legal para o processamento da rescisão unilateral do Contrato n. 39/2022 foi observado no presente procedimento, na medida em que a contratada fora devidamente notificada e manifestou suas justificativas sobre o ocorrido (0970488). Ao lado da exigência legal de motivação formalizada nos autos do processo e de observância do contraditório e da ampla defesa (art. 78, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93).

Como consequência disso, destaca-se que a rescisão administrativa pode gerar algumas consequências específicas, como define o art. 80 da Lei n. 8.666/93, quais sejam: a) execução da garantia contratual, para ressarcimento da Administração, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos; b) retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração.

No presente caso, a empresa contratada Inove Produção de Eventos e Show Bar Eireli (CNPJ n. 18.775.301/0001-52), nos termos da Cláusula Sexta do Contrato n. 39/2022 (0956401), optou pela garantia contratual na forma de Seguro Garantia, conforme apólice juntada nos autos (1010119). Dessa forma, deve esta Administração analisar a ordem de execução, se primeiro a garantia ou os créditos em favor da empresa contratada.

Assim, em razão do descumprimento dos termos contratuais, pela delegação contida no artigo 1º, inciso II, da Portaria TRE-RO n. 66/2018, determino:

- a) RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO N. 39/2022 (0956401), firmado com a empresa Inove Produção De Eventos e Show Bar Eireli (CNPJ n. 18.775.301/0001-52), com fundamento na Cláusula Décima Quinta do instrumento contratual, no art. 78, incisos I e II; e art. 79, incisos I e II, da Lei n. 8.666/1993, bem como no artigo 41 da IN 04-2008 TRE-RO;
- b) cancelamento da Nota de Empenho n. 2023NE000278 (1012274);
- c) publicação do ato de rescisão nos mesmos veículos de comunicação nos quais se deram sua formalização, ou seja, no Diário Oficial da União (DOU), em razão do valor ultrapassar o limite fixado no artigo 24, inciso II, da Lei n. 8.666/93, como também no Diário da Justiça Eletrônico (DJE) deste Tribunal, em respeito ao princípio da publicidade;
- d) a intimação da empresa Inove Produção De Eventos e Show Bar Eireli (CNPJ n. 18.775.301/0001-52), do inteiro teor da decisão, nos termos do artigo 109, inciso I, alínea "e", da Lei n. 8.666/1993 c/c parágrafo único do artigo 20 do Decreto n. 7.892/13, assegurando o contraditório e a ampla defesa.

A análise das penalidades sugeridas será realizada após necessário contraditório.

À SAOFC para cumprimento e continuidade, **em caráter de urgência**.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 26/07/2023, às 19:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1038147** e o código CRC **0FB5543A**.